NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA RELAÇÃO CORPO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Carlos Herold Junior Mestre em Educação Prof Assistente do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO - Guarapuava, PR. carlosherold@bol.com.br

Um dos pontos a partir do qual se deu a aproximação da Educação Física em relação às Ciências Sociais foi a apropriação que os profissionais da Educação Física fizeram da categoria *trabalho*. Mudando as características das análises e, também, com isso, ampliando o escopo e a qualidade da própria pós-graduação da área, essa aproximação, mediada pela categoria trabalho, foi de extrema relevância.

O que se observa, porém, é que de propulsora de um importante conjunto de análises, a categoria trabalho teve sua importância diminuída nos últimos anos. Autores como Bracht (1992, 1999), Silva (1999, 2002) até fazem referências à categoria trabalho para o entendimento das idéias a respeito do corpo e da Educação Física, mas isso limita-se a considerações rápidas e/ou no posicionamento de que esta categoria não mais serviria para promover a base analítica necessária devido às transformações que vêm ocorrendo na base produtiva e ao seu corolário mais visível, no entender dessas análises: a intelectualização do trabalho na acumulação flexível.

Verifica-se, também, que essa maneira de analisar o fato tem como conseqüência um determinado modo de apreender a história da relação corpo, educação e trabalho. Talvez o mais importante e o que orienta as produções historiográficas na área da Educação Física é o entendimento de que com o processo de desqualificação do trabalho no capitalismo, a Educação Física tenha colaborado com a adequação ou conformação corporal dos trabalhadores aos gestos repetitivos e sem significado, tanto do trabalho nas nascentes indústrias, quanto nas rotinas de produção já sob égide do taylorismo-fordismo.

Essas constatações fornecem razões de extrema importância para defender que uma discussão mais detida em torno da relação entre corporeidade, educação e as hodiernas transformações na base produtiva seja feita de modo mais detido, também para aprofundar as questões relativas aos estudos da história da educação do corpo, tendo por base os

processos de desenvolvimento do trabalho. São estas razões que este estudo pretende discutir. Partindo de uma análise do desenvolvimento do pensamento educacional moderno, pretende-se evidenciar que a relação histórica entre corpo, educação e trabalho deve ser encarada de modo mais crítico e profundo do aquele até então levado a cabo pelos professores de Educação Física. Para isso, autores como Locke, Rousseau (no processo de construção do capital) e os debates sobre a criação dos Sistemas Nacionais de Ensino, já na crise das relações sociais de produção capitalistas, serão privilegiados.

Esboço de uma nova relação entre corpo, trabalho e educação na história

Na produção historiográfica, tanto da Educação, quanto da Educação Física, as análises estabeleceram um padrão analítico no que diz respeito ao corpo e sua educação que urge ser revisto, ou pelo menos discutido, a luz das correntes transformações da base produtiva. Até então, ao acompanhar o processo e o desenvolvimento do trabalho na sociedade capitalista, as análises privilegiaram o domínio que a ciência, a técnica e a pedagogia exerceram sobre a corporeidade, sempre no sentido de ajustá-la e domestificá-la para o correto exercício do trabalho no interior das indústria ou em qualquer ambiente em que a crescente divisão do trabalho se avolumasse. Os estudos que enfatizam as preocupações eugênicas e higiênicas, o controle sexual e o caráter fisiológico parcializado das atividades físicas exercidas no meio educativo, denunciam uma instrumentalização do corpo em relação ao trabalho. Trabalho parcializado, repetitivo e formalizado na máquina demandaria uma preocupação educativa que atendesse a essas mesmas características e que, bem elaboradas, proporcionaria o "background" corporal necessário ao atendimento dos objetivos do capital.

Essa forma de analisar a história da relação entre o corpo, a educação e o trabalho não considera que o crescente processo de desqualificação do trabalho não foi acompanhado pelo pensamento pedagógico moderno e liberal, que sempre pensou a corporeidade visualizando-a na interferência dessa com as dimensões morais e intelectuais dos educandos. Até o século XVIII, a educação do corpo, lautamente analisada pelos clássicos da Pedagogia, nunca cogitou suas preocupações educativas para a formação do trabalhador.

John Locke, em seus *Pensamentos sobre a educação* (1986), de 1693, faz uma defesa explícita da Educação Física corretamente elaborada e praticada. Para tanto, o filósofo Inglês a vê não em suas conseqüências concretas, ou diretamente aplicáveis, como a força e a resistência para o trabalho produtivo. O que se buscava era potencializar o desenvolvimento da inteligência, da moral e da capacidade de bem avaliar as situações sociais, tão valiosa para o "gentleman" empreendedor, ambicionado por este pensador.

Rousseau (1992), ao compor sua minuciosa Educação Física, sempre deixou claro que para o pobre, o trabalhador, a melhor educação corporal seria aquela proporcionada pela natureza. A Educação Física seria dada pela força das circunstâncias. Era para outra finalidade, não formar o trabalhador, que o pensador genebrino pensou nas atividades corporais. Mesmo considerando o fato de Emílio ter aprendido o ofício de carpintaria e marcenaria, os resultados ambicionados com isso eram muito mais o incremento volitivo e intelectual necessário para a formação do cidadão integrante do "Contrato Social".

Além disso, no século XIX, quando a discussão sobre os Sistemas Nacionais de Ensino é feita, a educação corporal, agora também pensada para a classe trabalhadora, não teve como norte uma aplicabilidade direta ou imediata para a qualificação profissional. Sempre pensou-se a educação corporal a partir dos efeitos que ela produziria na vontade e na inteligência a serem exercidas principalmente fora do ambiente de trabalho. As discussões mostram também que seriam a vontade e a inteligência bem desenvolvidas que propiciariam uma "Educação Física racional" e que passasse ao largo da especialização e da automatização corporal exigidas e desenvolvidas no e pelo mundo do trabalho. Guizot (1992) em 1872, por exemplo, afirmaria sobre a educação física que se essa educação ensinasse ou desenvolvesse as capacidades necessárias para o trabalho, estaria a ensinar o manuseio do arco para um selvagem! Educar o trabalhador a fazer gestos repetitivos seria pensar em uma educação que fizesse aquilo que a vida produtiva fazia por si. Essa educação não tocaria o ponto fulcral da crise, adverte Guizot (Idem).

Soma-se a isso a dispensa à educação dada aos trabalhadores, fato característico da história da Educação Física no século XX (BELTRAMI, 1992) e que, também, evidencia que o relacionamento entre trabalho e a maneira de pensar o corpo e sua educação não devem ser lineares, do tipo: trabalho mecanizado, educação do corpo mecanizante.

Apontamentos finais

Esse leque de problematizações sobre a história da relação corpo, trabalho e educação evidencia que há uma relação dialética entre a forma de entender o presente dessa relação e o modo como esta é analisada no passado.

Encarar os resultados da educação corporal como linearmente condicionados pelo mundo do trabalho alimenta e é alimentado por uma consideração ideológica, não crítica das correntes transformações da base produtiva. Ao analisar a maneira como essas transformações vem sendo encaradas por aqueles que se preocupam com a dimensão corporal da educação, verifica-se que há a predominância de um entendimento apologético dos dilemas trazidos pela reprodução do capital sob a égide da acumulação flexível.

Entender o trabalho flexível sem o devido cuidado, enfatizando o determinismo tecnológico e apologizando os corolários da "sociedade do conhecimento" ou do tempo livre, faz com que a relação entre corpo, educação e trabalho, de extrema relevância para o entendimentos dos atuais limites do capital, passe desapercebida. Além disso, empobrece consideravelmente a capacidade analítica dessa relação no passado que, por sua vez, diminui ainda mais a hodierna capacidade de enxergar nos fatos relacionados à corporeidade aquilo que Mézrázos (apud ANTUNES, 2002: 17) chama de *Mediações de Segunda Ordem*, ou o *peso do capital*. Dessa maneira, espera-se colaborar com esse debate mostrando que o mundo do trabalho, criticamente considerado, pode propiciar ricas análises tanto do passado, quanto da atual relação entre corpo, trabalho e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo Cultural, 2002.

BELTRAMI, D. M. **A Educação Física no âmbito da política educacional no Brasil pós-64.** São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, 1992.

BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre : Magister, 1992.

_____. Constituição das teorias pedagógicas em Educação Física.

Cadernos Cedes [online], São Paulo, vol. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=s0101
32621999000100005&lng=en&nrm=isso> (26/02/2004)

GUIZOT, F. Das idéias de Tasse em relação à educação - o pai de família. Tradução de Zélia Leonel. **Apontamentos**, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, n. 22, p. 1-12,. 1994.

LOCKE, J. Pensamentos sobre la educación. Madrid: AKAL, 1986.

ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da educação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SILVA, A M. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. In: **Caderno Cedes**, Campinas, Unicamp, 1999.

_____. Corpo, ciência e mercado - reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas: Autores Associados; Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.